

UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS

Termo de Referência 24/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2025	153164-UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	AIDA TERESINHA LOPES BRITES	22/09/2025 09:36 (v 0.18)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	5/2025	23081.123885/2025-23

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. O objeto desta licitação para aquisição de duas (2) soluções de Aparelhos de Ar Condicionado de Precisão, com instalação, configuração, o fornecimento de peças e materiais necessários para seu devido funcionamento, garantia, e suporte técnico on-site por 24 meses, treinamento e desinstalação dos equipamentos antigos, para atendimento à demanda do Centro de Processamento de Dados da Universidade Federal de Santa Maria, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aparelho Ar Condicionado de Precisão para Datacenter, Tensão: 380V. Características detalhadas estão nas especificações técnicas anexadas ao TR.		Unidade	2	R\$ 312.620,00	R\$ 625.240,00
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2	Ar condicionado - Instalação /Montagem/ (Sistemas)		Unidade	2	R\$ 204.527,76	R\$ 409.055,52
3	Ar condicionado Desmontagem/ Remoção (Sistemas)		Unidade	2	R\$ 26.100,00	R\$ 52.200,00

1.2. Os bens e serviços objeto desta contratação não se configuram como Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Esta classificação está em conformidade com o disposto no Anexo II, item 1.5, alínea "b", da Instrução Normativa SGD/MGI nº 94, de 23 de dezembro de 2022, a qual expressamente exclui os sistemas de refrigeração do escopo de TIC, ainda que destinados à climatização de ambientes como datacenters.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 Deverá ser utilizado o Sistema de Registro de Preços (SRP), com ata válida por 12 meses, prorrogáveis para até 12 meses, mediante aceite de ambas as partes.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1 O início da execução contratual fica condicionado à apresentação da garantia contratual fiduciária constante deste Termo de Referência. O encerramento da vigência contratual não interrompe a obrigação de prestação da GARANTIA TÉCNICA por 24 meses, devendo a CONTRATADA honrá-la durante todo o período estipulado.

1.6 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, **prevalecem as disposições deste Termo de Referência.**

1.7 Os equipamentos poderão ser adquiridos em momentos separados durante a validade da Ata, conforme disponibilidade orçamentária.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação e justificativa da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: **95591764000105-0-000001/2025;**
- II) Data de publicação no PNCP: **03/04/2024;**
- III) Id do item no PCA: **4120;**
- IV) Classe/Grupo: 4120 - **Equipamento de ar condicionado;**
- V) Identificador da Futura Contratação: **153164-5/2025**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A seguir, serão apresentadas as descrições detalhadas do objeto. Informações complementares, **incluindo a planta baixa com as dimensões do local, fotos do local e as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS nos ANEXOS DESTE DOCUMENTO.**

3.2 Os requisitos especificados neste Termo de Referência e seus anexos, são consideradas condições mínimas ao atendimento das necessidades da UFSM e devem ser igualados ou superados pela CONTRATADA.

3.3 A omissão de requisitos específicos neste documento não exime a Contratada da responsabilidade de fornecer uma solução completa e plenamente funcional. Dada a complexidade da contratação, que envolve múltiplos detalhes, espera-se que a Contratada compreenda que a entrega final deve incluir todos os componentes e configurações necessários para o perfeito funcionamento do ambiente climatizado.

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE PRECISÃO:

3.4 Aquisição dos Equipamentos Novos:

3.4.1 Fornecimento de 2 (dois) equipamentos evaporadores de ar condicionado de precisão para datacenter, tipo In Row.

3.4.2 Fornecimento e instalação de duas (02) máquinas condensadoras.

3.4.3 Fornecimento e instalação de outros materiais como tanques de líquido, cabos extensores para sensor de líquido, calhas para cabos de dados, etc.

3.4.4 Linha de produção ativa: Os equipamentos principais da solução ofertada deverão estar em linha de produção ativa pelo fabricante na data de apresentação da proposta. Não serão aceitos equipamentos descontinuados, em processo de descontinuação (End-of-Life - EoL) ou cujo fim de comercialização (End-of-Sale - EoS) já tenha sido anunciado publicamente.

3.5 Instalação Completa e Serviços Associados aos Novos Equipamentos e treinamento:

3.5.1 Instalação dos dois novos sistemas de ar condicionado, incluindo, mas não se limitando a:

3.5.2 Instalação de **2 (duas) novas redes frigorígenas completas e de gás**, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários (tubulações, isolamento, suportes, etc.) para atender as duas máquinas.

3.5.3 Execução de todos os procedimentos necessários para o *start-up* (comissionamento e partida) dos equipamentos citados acima, garantindo seu pleno funcionamento, tais como: máquinas evaporadoras e condensadoras.

3.5.4 Realização de treinamento técnico para a equipe da contratante, abordando a operação, manutenção básica e funcionalidades dos novos equipamentos, requisitos do treinamento está no item 4.

3.5.5 O Contratado deverá fornecer um serviço de monitoramento remoto contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana) para todo o sistema de climatização de precisão do tipo Expansão Direta Ar-Ar (EAA) instalado, a partir de uma Central de Monitoramento (NOC - Network Operations Center) própria ou contratada.

3.5.6 SLA de atendimento junto com a CONTRATADA, conforme previsto no item 5.4.23.

SERVIÇO PARA DESINSTALAÇÃO E REMOÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO EXISTENTES:

3.6. Desinstalação Completa dos Equipamentos Atuais:

3.6.1 Desinstalação de 2 (dois) equipamentos de ar condicionado existentes, marca APC, tipo In Row, modelo ACRD100, de fabricação Schneider Electric, juntamente com suas condensadoras externas, atualmente instalados no CPD (Centro de Processamento de Dados).

3.6.2 Procedimentos de Desinstalação:

3.6.2.1 A licitante deverá executar todos os procedimentos necessários para a desinstalação segura e completa dos equipamentos existentes, **incluindo, mas não se limitando a:**

3.6.2.2 Desenergização completa e segura dos equipamentos.

3.6.2.3 Desconexão dos cabos de alimentação elétrica e de comunicação.

3.6.2.4 Recolhimento e manuseio adequado do fluido refrigerante contido nos sistemas, em conformidade com as normas ambientais aplicáveis.

3.6.2.5 Desinstalação e remoção das redes frigorígenas existentes associadas aos equipamentos a serem desativados.

3.6.2.6 Demais procedimentos correlatos para a completa desativação e preparo para remoção.

3.6.2.7 Para a realização dos serviços de campo, considerar técnico e parceiro especializado em ar condicionado.

3.7 Remoção dos Equipamentos do Local:

3.7.1 A licitante será responsável pela remoção física completa dos 2 (dois) equipamentos desinstalados, suas condensadoras e todos os componentes associados (como redes frigorígenas removidas) das instalações do CPD, movimentação on-site.

3.7.2. Os equipamentos antigos (evaporadoras e condensadoras), por serem bens patrimoniados, serão desinstalados pela CONTRATADA com movimentação on-site, no Centro de Processamento de Dados, a ser formalmente indicado pela fiscalização do contrato, dentro das dependências da CONTRATANTE, ou seja, a retirada do local, após a movimentação fica a cargo da CONTRATANTE.

3.7.2.1. Caberá à CONTRATADA, antes da entrega mencionada no item anterior, realizar o recolhimento e o descarte certificado de todos os fluidos e óleos refrigerantes contidos nos sistemas, bem como o descarte de todos os demais resíduos gerados pela sua atividade (restos de tubulação, embalagens, etc.).

3.7.2.2. A partir da entrega dos equipamentos no local designado, a guarda e a destinação final destes bens patrimoniados passarão a ser de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

3.8 Requisitos gerais

3.8.1 Os ambientes onde ocorrerão as desinstalações e instalações deverão ser entregues devidamente limpos.

3.8.2 Todo material de descarte e descartáveis utilizados nas remoções/instalações deverão ser retiradas pelo contratado e feito o descarte conforme as normas vigentes.

3.8.3. Na necessidade do uso de materiais para transporte de equipamentos fica a contratada responsável pelo fornecimento, montagem e uso, devendo comunicar à contratante os horários de utilização para agendamento.

3.8.4 A equipe de instaladores (técnicos autorizados) deverão estar com toda documentação trabalhista rigorosamente em dia, incluindo as certificações atualizadas de cursos/treinamentos de Normas Regulamentadoras vigentes, de acordo com suas funções.

3.8.5 Os equipamentos que serão desinstalados (condensadoras e evaporadoras) serão retirados e guardados em local a ser indicado pela UFSM dentro do próprio prédio do Centro de Processamento de Dados.

3.8.6 Os equipamentos, ar de precisão deverão se comunicar através de placa de comunicação, ou seja, **quando um equipamento entrar em modo inoperante por falha crítica em seu funcionamento o outro equipamento redundante deverá entrar em operacionalização.**

3.8.7 Demais requisitos estão no **item 4 deste documento** e no **anexo especificações técnicas.**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1 O datacenter com um sistema de climatização deve garantir que os serviços de TIC da UFSM estejam disponíveis ininterruptamente, ou seja, funcionamento em regime 24 x 7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana), incluindo sábado, domingo e feriados. A indisponibilidade pode impactar negativamente a prestação de serviços à sociedade e com impacto direto às atividades acadêmicas e administrativas.

4.1.2 Considerando que os sistemas e serviços de TIC da UFSM são essenciais para a sua área finalística, a garantia da segurança da informação se torna uma prioridade crescente. Para tanto, é imperativo que esses recursos estejam alocados em um ambiente de infraestrutura tecnológica robusto e protegido, com capacidade de assegurar a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações processadas e armazenadas.

4.1.3. A contratação de equipamentos para climatização descritos no item 1 do Estudo Técnico Preliminar é fundamental à atividade de TIC, uma vez que a ocorrência de falha nos equipamentos pode provocar o superaquecimento do ambiente e a interrupção abrupta dos servidores, resultando em potencial perda de dados críticos.

4.2. Requisitos Legais

4.2.1 Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 - estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

4.2.2 Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

4.2.3 Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.2.4 Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.;

4.2.5 Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.2.6 Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 - Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

4.2.7 Instrução Normativa SGD/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.2.8 Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.2.9 Entre outras legislações aplicáveis.

4.3. Sustentabilidade

4.3.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.1.1 Eficiência Energética e Redução de Consumo:

- a) O equipamento ofertado deverá possuir tecnologia de compressor de velocidade variável (inverter) e ventiladores eletrônicos comutados (EC fans), visando à máxima eficiência energética em cargas parciais de trabalho, que representam a maior parte do tempo de operação de um datacenter.
- b) A licitante deverá apresentar nos catálogos técnicos ou em documento do fabricante o Coeficiente de Performance (COP) do equipamento em sua capacidade nominal, que deverá ser igual ou superior a 3,2.

4.3.1.2 Uso de Substâncias de Baixo Impacto Ambiental:

- a) É **vedada** a oferta de equipamentos que utilizem gases refrigerantes que agridam a camada de ozônio (com Potencial de Destruição do Ozônio - ODP > 0), como o R-22, em conformidade com o Protocolo de Montreal.
- b) O gás refrigerante utilizado no equipamento deverá ter um **baixo Potencial de Aquecimento Global (GWP - Global Warming Potential)**, priorizando-se soluções alinhadas à Emenda de Kigali. A licitante **deverá declarar na proposta o tipo de gás utilizado** (ex: R-410A, R-32, R-454B ou outro de GWP equivalente ou inferior).
- c) Os materiais componentes do equipamento deverão ser, preferencialmente, livres de substâncias perigosas, atendendo à diretiva **RoHS (Restriction of Hazardous Substances)**, o que **deverá ser comprovado mediante declaração do fabricante.**

4.3.1.3 Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- a) Todas as embalagens dos equipamentos (caixas de papelão, plásticos, paletes) deverão ser recolhidas pela CONTRATADA após a instalação, para a correta destinação e reciclagem, não devendo ser deixadas nas dependências do órgão.
- b) A CONTRATADA será responsável pela desinstalação e remoção do equipamento antigo, se houver, e deverá apresentar um Plano de Logística Reversa para o descarte ambientalmente adequado deste material.
- c) Ao final do processo, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato um Certificado de Destinação Final, emitido por empresa especializada e licenciada, comprovando o descarte correto do equipamento antigo e de eventuais resíduos perigosos (como o gás refrigerante e o óleo do compressor).

4.4. Indicação de marcas ou modelos

4.4.1 Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos, pois as especificações técnicas são suficientemente detalhadas e precisas para caracterizar de forma objetiva o bem a ser adquirido, assegurando a qualidade e o desempenho desejados e permitindo a ampla competição entre os fornecedores.

4.5. Da vedação de contratação de marca ou produto

Não se aplica.

4.6. Da exigência da amostra

Não se aplica devido a complexidade do objeto da contratação.

4.7. Da exigência de carta de solidariedade

4.7.1 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado **provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.**

4.8. Subcontratação

4.8.1 Não será permitida a subcontratação do objeto principal. A utilização de **empresas credenciadas pelo fabricante para serviços de garantia, instalação e desinstalação não será considerada subcontratação.**

4.9. Vistoria (Facultativa)

4.9.1 A vistoria prévia é recomendada para que o proponente possa dimensionar adequadamente sua proposta. Será disponibilizado data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, sendo que deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. O agendamento deve ser feito pelo e-mail compras.tic@ufsm.br.

4.9.1.1 A vistoria deve ser realizada, até as 17 horas do dia anterior à abertura do edital.

4.9.2 Para a realização da vistoria prévia a licitante deverá encaminhar um representante legal, devidamente identificado.

4.9.3 O representante da licitante deverá informar corretamente o seu nome completo, CPF, razão social da licitante e CNPJ da licitante para a emissão da declaração de vistoria prévia, conforme modelo em anexo VI.

4.9.4 A declaração de vistoria prévia será emitida em duas vias, assinadas pelo técnico da UFSM e pelo representante da licitante no ato da vistoria, sendo uma via entregue ao representante da licitante e a outra arquivada no Centro de Processamento de Dados.

4.9.5 A UFSM não emitirá declaração de vistoria prévia sem a presença do representante da licitante, nem expedirá a declaração por qualquer outro meio.

4.9.6. A não realização da vistoria implica **na apresentação de uma declaração de pleno conhecimento das condições do objeto licitado** conforme modelo **em anexo VII** deste documento.

4.10. Garantia da Contratação

4.10.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5%** do valor **total** da contratação.

4.10.2 Em caso de opção pelo **seguro-garantia**, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, **no máximo, até a data de assinatura do contrato.**

4.10.2.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.10.2.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.10.2.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.10.2.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.10.2.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.10.3 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.10.4 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.10.5 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.10.6 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.10.6.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.7.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.10.7.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.10.8 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.10.9 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.10.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.10.11 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.10.11.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.10.11.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.10.12 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.10.12.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.10.12.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.10.13 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente. 4.10.14 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.10.15 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.10.16 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.11. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.11.1 Conforme análise realizada no Estudo Técnico Preliminar, o objeto desta contratação é de natureza indivisível, tendo em vista a necessidade de garantir a integridade técnica, a unidade de controle e a responsabilidade de garantia de um sistema de climatização único e integrado. Desta forma, nos termos do art. 25, § 2º, da Lei nº 14.133 /2021, não se aplica a reserva de cota de 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Fica, no entanto, assegurado **o direito de preferência como critério de desempate, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021.**

4.12. Margem de preferência:

4.12.1 O objeto da contratação **não se enquadra** em margem de preferência, uma vez que não há Decreto ou Resolução da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS vigente que contemple o referido bem ou serviço.

4.13 Requisitos de Segurança da Informação

4.13.1 Os equipamentos, softwares embarcados (se houver, para gerenciamento e monitoramento) e quaisquer materiais ou serviços envolvidos nesta contratação devem estar em conformidade com a Política de Segurança da Informação da UFSM (Resolução UFSM N° 121/2023, disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-ufsm-n-121-2023>).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

O prazo total será de 180 dias, sendo:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega/serviço
1ª	Os equipamentos (item 1), contados da <u>Envio da Ordem de fornecimento de Bens</u> , em remessa única.	<u>até 150 dias</u> da Ordem de Fornecimento de Bens.
2ª	Os serviços de instalação e desinstalação (itens 2 e 3), após a entrega do item e mediante autorização do início pela contratante.	<u>até 30 dias</u> da <u>entrega provisória dos bens</u> , pois o recebimento definitivo será disponibilizado após a desinstalação, instalação dos bens e o treinamento concluído.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega**, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.2. Os bens e serviços deverão ser entregues/realizados no seguinte endereço:

- **Locais:**
 - **Local de Entrega e instalação dos Equipamentos:** Centro de Processamento de Dados, Av. Roraima, nº 1000, Prédio 48A, Bairro Camobi, Santa Maria/RS. CEP: 97105-900.
- **Horário para Serviços:**

- A instalação e eventuais manutenções corretivas deverão ocorrer em horário comercial, mediante agendamento prévio com o gestor do contrato na UFSM.

5.1.3. Os produtos deverão ser entregues no local citado acima, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento, nos dias úteis no horário das 8h às 11h e das 14h às 17h onde será feito o recebimento provisório.

5.2 Condições do Recebimento e critérios de aceitação do objeto

5.2.1 A execução do objeto contratual será recebida de forma provisória e definitiva, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, seguindo as etapas e critérios abaixo descritos.

5.2.2 Após a entrega de todos itens que compõem a solução principal de climatização, será emitido em até 5 dias úteis o Termo de Recebimento Provisório.

5.2.3 Realizados todos os trâmites e verificações necessárias após o recebimento provisório, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

5.2.4 As etapas de execução do contrato deverão ocorrer conforme cronograma da tabela:

#	Evento	Prazo	Previsão de Execução
1	Emissão de empenho e assinatura do contrato	D-Dia (D0) (De acordo com o interesse a contratante)	D0
2	Reunião inicial do Projeto	Reunião inicial é agendada para até dois dias após a assinatura do contrato, após o evento #1	D+2
3	Envio da Ordem de fornecimento de Bens.	Até dois dias após a reunião inicial do projeto, após o evento #2	D+4
4	Realizar a entrega dos equipamentos	Até 150 dias corridos após o evento #3	D+154
5	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP) do bem	Até 5 dias úteis, após a conclusão do evento #3	D+161
6	Envio da Ordem de Serviço para desinstalação e instalação da nova solução	Até dois dias, após o evento #5	D+163
7	Realizar a implantação da solução	Até 30 (trinta) dias corridos, após a conclusão do evento #6	D+193
8	Realizar treinamento para repasse de conhecimento	Iniciado em até 5 (cinco) dias úteis, após a conclusão do evento #5	D+200
9	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD)	Até 10 (dez) dias úteis, após a conclusão do evento #6 e #7.	D+214
10	Emissão do Faturamento	Após o evento #7.	D+214
11	Ateste e encaminhamento ao Pagamento	Até 5 (cinco) dias úteis, após o evento #8.	D+221
12	Pagamento	O pagamento será efetuado em até até 30 (trinta) dias úteis contados do evento #9.	D+263

5.2.5. A aplicação dos critérios e procedimentos descritos neste Termo de Referência será individual para cada equipamento que compõe o objeto. Para a execução envolvendo 2 (duas) unidades, deverão ser observadas as seguintes condições:

5.2.5.1. Entrega: A entrega de todos os equipamentos poderá ocorrer em um único evento, conforme os prazos gerais estipulados neste documento.

5.2.5.2. Instalação Sequencial: A instalação das unidades será, obrigatoriamente, sequencial. Esta medida visa garantir a continuidade operacional do datacenter e evitar a interrupção total do sistema de climatização existente durante o processo de substituição ou adição de equipamentos.

5.2.5.3. Cronograma de Execução: A CONTRATADA deverá apresentar, para aprovação do Fiscal do Contrato, um **Cronograma de Execução detalhado, propondo as datas e os prazos para a instalação de cada unidade**, em conformidade com a necessidade de operação contínua do ambiente.

5.2.5.4. Testes e Recebimento Individuais: Os procedimentos de teste, comissionamento e a emissão dos respectivos Termos de Recebimento (Provisório e Definitivo) serão aplicados e realizados separadamente para cada equipamento, somente após a conclusão bem-sucedida de sua respectiva instalação e verificação.

5.3 Documentação mínima exigida

5.3.1 Deverá a CONTRATADA apresentar os relatórios de execução de serviço.

5.3.1 Deverá a CONTRATADA apresentar toda documentação referente ao fornecimento dos bens que compõem a solução, assim como os documentos referentes a transferência de conhecimento, demais requisitos do treinamento está **no item 5.6.**

5.4 Da Garantia técnica

Prazo de garantia

5.4.1 A **GARANTIA TÉCNICA DEVERÁ SER OFERTADA pelo FABRICANTE pelo período de 24 meses, a contar da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo**, para TODOS os itens (hardware, software, acessórios etc.) que compõem a solução ofertada.

5.4.2 A CONTRATADA deverá descrever, em sua proposta, os **termos da garantia técnica oferecida pelo fabricante da solução**, incluindo o Part Number da garantia ofertada e fornecendo também, em momento oportuno, o número de contrato individual (em nome da UFSM) junto ao fabricante.

Suporte técnico

5.4.3 A UFSM deverá ter acesso direto ao Centro de Assistência Técnica do fabricante para abertura de chamados, bem como para acompanhar e gerenciar os casos quando necessário. Esse acesso deverá ser provido 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, através de portal com login/senha individual.

5.4.4 A UFSM deverá ter a opção de abrir os chamados junto a fabricante com o intermédio da CONTRATADA.

Abrangência da Garantia (Cobertura para Peças e Serviços)

5.4.5 A garantia enquanto vigente deverá cobrir, sem ônus adicionais:

Substituição de peças e componentes: Reposição de quaisquer peças, placas eletrônicas, compressores, ventiladores, sensores ou outros componentes que **apresentem defeitos de fabricação**, falha de funcionamento ou desgaste prematuro.

Serviços (Mão de Obra): Todo o serviço técnico necessário para diagnóstico, reparo, substituição de peças e reconfiguração do sistema.

Logística e Deslocamento: Todos os custos com frete de peças, bem como o transporte, a hospedagem e a alimentação da equipe técnica para atendimento nas dependências da CONTRATANTE, quantas vezes forem necessárias durante o período de vigência da garantia.

5.4.6 O equipamento ou componente substituto passará à propriedade da UFSM, devendo o mesmo ser incluído no contrato de garantia vigente em substituição ao equipamento danificado.

5.4.7 Os reparos físicos decorrentes do exercício da garantia DEVEM ser executados onde se encontram os equipamentos (modalidade on-site).

Condições da Prestação da Garantia

5.4.8 Deverá ser assegurado que a **substituição de equipamento, peça ou componente defeituoso**, em qualquer caso, **seja feita por item equivalente, ou que possua características superiores a estas**, desde que homologadas pelo fabricante como parte compatível da solução de climatização.

5.4.9 As peças de substituição **devem ser originais e novas**, não sendo aceitas peças reconcondicionadas. A substituição de componentes será considerada consumada, para todos os efeitos, após aceitação formal pela UFSM.

5.4.10 Em caso de necessidade de **reposição de componentes ou equipamentos** durante a vigência da Garantia, ficando a CONTRATADA responsável por toda logística, instalação e configuração dos novos equipamentos, assim como pela retirada dos antigos, sem qualquer ônus adicional a UFSM. As peças de reposição deverão ser originais do fabricante, de primeiro uso e fornecidas sem custo adicional para a UFSM.

5.4.11 A CONTRATADA ficará responsável pelo devido recolhimento no momento da substituição, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos equipamentos, que deverão ser tratados de forma ambientalmente adequada, respeitando a legislação ambiental vigente.

5.4.12 Durante o período da garantia, a CONTRATADA ou FABRICANTE deverão prestar os serviços de SUPORTE TÉCNICO em garantia, sem custo adicional.

5.4.13 O suporte técnico em garantia deverá ser prestado sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante.

5.4.14 O suporte técnico em garantia deverá ser prestado de forma remota ou presencial, na modalidade on-site, nas dependências da UFSM (em ambos locais de instalação), na modalidade 24/7, a partir da comunicação do problema, **via serviço gratuito telefônico ou sistema web indicado pela CONTRATADA ou via notificação automática emitida pela solução**. Na indisponibilidade do canal de atendimento estabelecido, a UFSM encaminhará e-mail à CONTRATADA solicitando a abertura do chamado, de forma que a contagem de prazo de atendimento se iniciará a partir da data de encaminhamento do e-mail.

5.4.15 Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento, alimentação e estadia do seu técnico ao/no local da instalação do equipamento, bem como pela retirada e entrega de peças de reposição e demais componentes necessários, com todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes.

5.4.16 A CONTRATADA deverá disponibilizar meios para que a equipe técnica da UFSM possa acompanhar os atendimentos do suporte técnico em garantia, on-line, em portal web com acesso controlado por senha.

5.4.17 Se solicitado, a CONTRATADA ou FABRICANTE deverão assistir remotamente na instalação e no uso dos softwares ofertados, fornecendo orientações para diagnóstico de problemas e ajuda na interpretação de traces, dumps e logs, assim como apoiar no envio de informações relevantes ao fabricante para tratativas de eventuais problemas.

5.4.18 A CONTRATADA ou FABRICANTE deverá realizar, OBRIGATORIAMENTE, **a cada 12 (doze) meses**, uma visita técnica para realização de manutenção preventiva, destinada a preservar o equipamento e reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento da solução durante a vigência do contrato.

5.4.19 Um chamado técnico somente poderá ser fechado após o aceite da UFSM e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento.

5.4.20 Um chamado fechado, sem anuência da UFSM ou sem que o problema tenha sido de fato resolvido, será reaberto e os prazos serão contados a partir da data de abertura original do chamado, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas.

5.4.21 No final do atendimento, o técnico da CONTRATADA ou FABRICANTE deverá elaborar um relatório de ocorrência onde conste o problema causador do chamado, a solução encontrada, as pendências, a data e hora do chamado, do início e do fim do atendimento.

Do princípio da redundância e a aplicação do SLA

5.4.22 O sistema de climatização operará em configuração de redundância (N+1) para garantir a continuidade operacional do datacenter. Por essa razão, a falha de um equipamento ativo, mesmo com o acionamento automático da unidade redundante, constitui um **Incidente de Alta Prioridade**, pois expõe o ambiente a uma falha única.

5.4.23 O objetivo do SLA, detalhado na tabela abaixo, é assegurar o restabelecimento da plena capacidade de redundância no menor tempo possível. Portanto, os prazos de resposta e de solução são de cumprimento mandatório e serão rigorosamente fiscalizados.

Nível de Criticidade	Descrição	Regime de Atendimento	Tempo de Resposta (SLA)	Tempo de Solução (SLA)	Observação
1 - Crítico	Parada total do sistema de climatização ou risco iminente de parada, com elevação da temperatura do ambiente acima dos limites de alerta.	24x7 (Remoto/On-site)	Até 4 horas corridas	Até 24 horas corridas	O atendimento presencial deverá ser priorizado e contínuo até o restabelecimento da solução, parada completa.
2 – Alto	Falha de um dos equipamentos em redundância (operação em N+1) ou degradação severa de desempenho, sem parada completa.	24x7 (Remoto/On-site)	Até 8 horas úteis	Até 3 dias corridos	Admissível desde que o sistema siga operando com estabilidade.
3 – Médio	Falha em componente não essencial que não compromete a refrigeração (ex: um sensor com leitura incorreta, alarme falso). Problemas intermitentes sem impacto imediato.	Horas Úteis (Remoto/On-site)	Até 12 horas úteis	Até 4 dias corridos	Solução remota é preferencial; atendimento on-site se necessário.
4 – Baixo	Solicitação de informações, esclarecimento de dúvidas sobre operação ou	Horas Úteis (Remoto)	Até 24 horas	Até 5 dias corridos	Solicitação de informações, dúvidas sobre operação /configuração sem impacto

	configuração que não afetem o funcionamento.		úteis		funcional Horário comercial (remoto).
--	--	--	-------	--	--

Da logística em caso de acionamento da garantia em troca de peças ou equipamentos.

5.4.24 Da subordinação ao SLA de solução

5.4.24.1 O tempo necessário para o diagnóstico, obtenção, transporte e substituição de quaisquer peças ou componentes está integralmente incluído e subordinado aos prazos estabelecidos na tabela de Níveis Mínimos de Serviço (SLA) deste Termo de Referência. A necessidade de uma peça de reposição não servirá como justificativa para o descumprimento do Tempo de Solução definido.

5.4.25 Da disponibilidade de peças críticas

5.4.25.1 A CONTRATADA declara, para todos os fins, que possui logística e estoque de peças de reposição (próprio ou do fabricante) compatíveis com os prazos de solução exigidos, especialmente para componentes críticos **como compressores, ventiladores e placas controladoras.**

5.4.26 Procedimento para Troca de Peças e Retirada de Equipamentos

5.4.26.1 O acesso de técnicos e a entrada de peças para reparo deverão seguir os procedimentos de segurança da CONTRATANTE. A comunicação prévia é desejável, porém, para Incidentes Críticos (Nível 1) e Altos (Nível 2), o acesso deverá ser priorizado e facilitado para garantir o cumprimento do SLA.

5.4.26.2 A retirada de qualquer equipamento das dependências da CONTRATANTE para reparo externo é uma **medida excepcional** e só será permitida com a autorização expressa do Fiscal do Contrato.

5.4.26.3 Na eventualidade da necessidade de retirada de um equipamento, a CONTRATADA deverá:

a) **Comunicar formalmente** a necessidade, com justificativa técnica detalhada e deverá ser comprovada por meio de **laudo técnico fundamentado**.

5.4.26.4 Confirmada a necessidade de substituição em decorrência de vício de fabricação ou falha crítica de funcionamento que o torne impróprio ou inadequado ao uso a que se destina, e cujo reparo in loco seja tecnicamente inviável ou não recomendável, a **CONTRATADA** obriga-se a promover a **substituição integral do equipamento**.

5.4.27 A **CONTRATADA** deverá, **sem qualquer ônus adicional** para a **CONTRATANTE**:

- a) Fornecer e entregar um equipamento novo, de modelo idêntico ou superior, com todas as suas funcionalidades e garantias.
- b) Realizar a desinstalação completa do equipamento defeituoso e a instalação do novo equipamento, incluindo todos os serviços de infraestrutura, conexões e testes necessários para sua perfeita operação.
- c) Cumprir a substituição integral (entrega e instalação) a contar da data de validação do laudo técnico.

Natureza da Garantia

5.4.28 A presente Garantia Contratual é complementar à garantia legal prevista no Código Civil e prevalece sobre esta em caso de maior benefício para a CONTRATANTE. Fica estabelecido que as disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) não se aplicam à presente relação jurídica de natureza administrativa.

Nível de Serviço (SLA)

5.4.29 Todo e qualquer acionamento em garantia estará sujeito aos **Níveis Mínimos de Serviço (SLA)** estabelecidos no **ITEM 5.4.23** deste Termo de Referência, incluindo tempos de resposta e de solução para incidentes. O descumprimento do SLA durante o atendimento em garantia sujeitará a CONTRATADA a penalidades previstas no item 7.

5.5 Equipe Técnica

5.5.1 Os serviços em garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente qualificados e certificados pelo fabricante do equipamento, devendo a CONTRATADA apresentar tais certificações sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato.

5.6 Requisitos do Treinamento

5.6.1 A contratada deverá ministrar treinamento à equipe responsável pelo datacenter da contratante, com foco na **operação e parametrização do(s) equipamento(s) fornecido(s)**.

5.6.2 O treinamento deverá ser realizado de forma **virtual**, com carga horária de até **4 (quatro) horas**. O conteúdo do treinamento deverá abranger, no mínimo:

- Procedimentos de operação básica e avançada;
- Parametrização e configuração dos equipamentos;
- Interpretação de alertas e mensagens do sistema;
- Esclarecimento de dúvidas técnicas da equipe participante.

5.6.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar **certificado da realização do treinamento** para a equipe técnica.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2.4. **Multa**. As multas da presente contratação constam no edital da licitação, independente de transcrição.

7.3. Das Penalidades por Descumprimento contratual

7.3.1. Disposições Gerais e Base de Cálculo

Pelo descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, a **CONTRATADA** ficará sujeita às multas e penalidades descritas na tabela abaixo. Para fins de clareza e aplicação, as bases de cálculo são definidas da seguinte forma:

- a) **Para Obrigações de Entrega:** A multa incidirá sobre o valor do equipamento ou item específico cujo prazo de entrega foi descumprido.
- b) **Para Obrigações de Serviço (Instalação, Treinamento, etc.):** A multa incidirá sobre o valor do serviço específico cujo prazo de execução foi descumprido, conforme detalhado na proposta comercial.
- c) **Para Níveis de Serviço (SLA) de Suporte Técnico em Garantia:** A multa incidirá sobre o **Valor Total do Contrato**.

Categoria da Infração	Descrição da Infração	Base de Cálculo	Penalidade / Multa Aplicável
OBRIGAÇÕES DE ENTREGA E INSTALAÇÃO	Atraso na Entrega dos Equipamentos (Item 1)	Valor do respectivo item não entregue.	0,2% por dia de atraso.
	Atraso na Conclusão da Instalação/Desinstalação (Itens 2 e 3)	Valor dos respectivos serviços,(itens 2 e 3).	0,2% por dia de atraso.
	Atraso da entrega do Plano de		

OUTRAS OBRIGAÇÕES	Implantação para a equipe técnica.	Valor Total do Contrato	0,01% por dia de atraso.
	Atraso no realização de treinamento com disponibilização de certificado.	Valor do Serviço de instalação (Item 2)	0,1% por dia de atraso.
	Atraso em esclarecimentos que não afetem o funcionamento.	Valor Total do Contrato	0,01% por dia de atraso.
SLA - NÍVEL 1 (CRÍTICO) <i>Parada total do sistema ou risco iminente.</i>	Atraso no Tempo de Resposta (SLA: Até 4 horas corridas - remoto)	Valor Total do Contrato	0,02% por hora de atraso.
	Atraso no Tempo de Solução (SLA: Até 24 horas corridas)	Valor Total do Contrato	0,02% por hora de atraso.
SLA - NÍVEL 2 (ALTO) <i>Falha de equipamento sendo o principal ou redundante (N+1)</i>	Atraso no Tempo de Resposta (SLA: Até 8 horas úteis)	Valor Total do Contrato	0,01% por hora de atraso.
	Atraso no Tempo de Solução (SLA: Até 3 dias corridos / 72h)	Valor Total do Contrato	0,01% por hora de atraso, contadas após o vencimento do prazo de 72 horas.
SLA - NÍVEL 3 (MÉDIO) <i>Falha em componente não essencial.</i>	Atraso no Tempo de Resposta (SLA: Até 12 horas úteis)	Valor Total do Contrato	0,01% por hora de atraso.
	Atraso no Tempo de Solução (SLA: Até 4 dias corridos / 96h)	Valor Total do Contrato	0,01% por hora de atraso, contadas após o vencimento do prazo de 96 horas.

7.4 Demais cláusulas de infrações e sanções administrativas estão definidas no edital desta contratação.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, **devendo ser substituídos no prazo de até 10 dias, a contar da notificação da contratada**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O **recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, **correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27. Não se aplica.

Cessão de crédito

8.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.29. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.30. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/05/2025.

8.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, a justificativa está apresentada no ETP.

9.2 CRITÉRIOS PARA ACEITE DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

9.2.1 As propostas nos arquivos disponibilizados devem, obrigatoriamente, **citar a MARCA E MODELO** do fabricante, sob pena de desclassificação caso não o faça.

9.2.2 Para o julgamento e classificação das propostas o pregoeiro para convocará aos licitantes o envio do anexo, que deverão conter: **os catálogos dos fabricantes, os documentos de habilitação e a proposta (marca e modelo) com as especificações técnicas que comprove o atendimento do descritivo no termo de referência.**

Os licitantes que detalhadas apresentarem catálogos incompletos poderão ter sua proposta desclassificadas. O prazo máximo para o envio dos mesmos será informado pelo pregoeiro, via chat. Caso a licitante não cumpra o prazo estabelecido pelo pregoeiro, sua proposta poderá ser desclassificada. Os documentos de habilitação devem estar em conformidade com os requisitos de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, item 9.31.

9.2.3 Nos preços de cada produto deverão estar incluídos, obrigatoriamente, impostos, fretes, taxas e demais incidências.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de **instalação e manutenção de aparelhos de refrigeração, ar condicionado e similares**, expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nos termos da Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e normativos correlatos.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser **atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil,** apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. O licitante deverá apresentar documentação comprobatória de que possui qualificação técnica para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio do fornecimento do conjunto de documentos a seguir enumerado:

9.32. Prova de registro ou inscrição da empresa e de seus responsáveis técnicos por meio de apresentação da Certificação de Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) da jurisdição da empresa, comprovando atividades compatíveis com o objeto, demonstrando que possui responsáveis técnicos com atribuições coerentes com os objetivos sociais da mesma, conforme disposições descritas na resolução

nº 336/1989 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA). Apresentar “Certidão de Registro” do responsável técnico junto ao CREA dos **Engenheiros Eletricista e Mecânico**.

9.33. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) ter a licitante executado, com bom desempenho, serviços de fornecimento e instalação de sistema de climatização em **Datacenter** com as seguintes características:

9.33.1 Sistema de climatização de precisão com capacidade total de pelo menos 42kW;

9.33.2 Sistema de climatização de precisão tipo *in row*.

9.34. Comprovação de vínculo (societário, contratual ou empregatício) da licitante com responsável técnico de nível superior devidamente reconhecido pelo CREA, Engenheiro Mecânico, detentor de Certidões de Atestado Técnico (CAT), acompanhado de atestado técnico expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, registrado no CREA, que comprove(m) que o profissional instalou em Datacenter:

9.34.1 Sistema de climatização de precisão com capacidade total de pelo menos 42kW e com pelo menos uma unidade do sistema de refrigeração redundante;

9.34.2 Sistema de climatização de precisão tipo *in row*.

9.35 Comprovação de vínculo (societário, contratual ou empregatício) da licitante com responsável técnico de nível superior devidamente reconhecido pelo CREA, Engenheiro Elétrico, detentor de Certidões de Atestado Técnico (CAT), acompanhado de atestado técnico expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, registrado no CREA, que comprove(m) que o profissional instalou em Datacenter :

9.35.1 Instalações - elétricas em baixa tensão.

9.35.2. Instalações de quadro de comando industrial.

9.36. Apresentação de carta de credenciamento emitida pelo fabricante do equipamento ofertado, atestando que a licitante está devidamente autorizada a comercializar, instalar e prestar suporte técnico para os produtos objeto desta licitação.

9.37. Caso o responsável técnico seja sócio proprietário da empresa, a comprovação se dará por meio da apresentação do contrato social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial.

9.38. Caso o responsável técnico seja empregado da empresa, a comprovação se dará por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) comprovando o vínculo empregatício do profissional com a empresa licitante.

9.39. Caso o responsável técnico consista em profissional que detenha vínculo por meio de Contrato de Prestação de Serviços, a comprovação do vínculo do profissional com a empresa se dará através da apresentação do Instrumento Particular de Prestação de Serviços celebrado entre o profissional e a empresa proponente com as firmas reconhecidas em Cartório, ou carimbado/registrado pelo CREA.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 1.086.495,5200 (um milhão, oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será indicada por ocasião da emissão da Nota de Empenho ou de outro instrumento hábil.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1 Não se aplica.

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

14.1 VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

14.1.1 O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. São obrigações do Contratante:

15.1.1. Exigir o **cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado**, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

15.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

15.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e

condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

15.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

15.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.1.9. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

15.1.9.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 mês.

15.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

16.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

16.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

16.1.3. Comunicar ao Contratante, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

16.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

16.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

16.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

16.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

16.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

- 16.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 16.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 16.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 16.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 16.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 16.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 16.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 16.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 16.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 16.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 16.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 16.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 16.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 16.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 16.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 16.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 16.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 16.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

17.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

17.3.1 Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

17.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.4. A contratação poderá ser extinta por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes (rescisão amigável), desde que haja conveniência para a Administração, assegurados sempre o contraditório e a ampla defesa.

17.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se os procedimentos e consequências previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção do contrato se não restringir sua capacidade de concluir o objeto. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva, após análise e autorização da Administração.

17.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

17.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.6.3. Indenizações e multas aplicáveis.

17.7. A extinção contratual não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratado, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.8. A contratação será extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo vedado por lei com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha atuado na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato.

18. 6. DOS CASOS OMISSOS

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. 7. ALTERAÇÕES

19. ALTERAÇÕES

- 19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 19.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.**
- 19.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 19.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 19.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. 8. FORO

20. FORO

20.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal, na cidade de Santa Maria, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações , **previstas no Edital**, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão** nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUSTAVO ZANINI KANTORSKI

Autoridade competente

EDUARDO SCHWANCK SARAIVA

Equipe de apoio

LUCIMARA DALLA PORTA MENEZES FRIEDRICH

Equipe de apoio

JANE LUCIA SARTORI LAMPERT

Equipe de apoio

AIDA TERESINHA LOPES BRITES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/09/2025 às 09:36:05.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO II - PLANTA_BAIXA.pdf (55.13 KB)
- Anexo II - ANEXO III - INFRAESTRUTURA CPD.pdf (674.64 KB)
- Anexo III - ANEXO IV - DIAGRAMA TRIFILAR.pdf (561.89 KB)
- Anexo IV - ANEXO V - REGISTRO FOTOGRAFICO DO LOCAL (1).pdf (964.95 KB)
- Anexo V - ANEXO VI - MODELO DE DECLARACAO DE VISTORIA.pdf (75.09 KB)
- Anexo VI - ANEXO VII - MODELO DE DECLARACAO DE DISPENSA DE VISTORIA.pdf (69.41 KB)
- Anexo VII - ANEXO I - ESPECIFICACOES TECNICAS (versao final).pdf (67.23 KB)
- Anexo VIII - Listagem Anexa ao TR 024 do Pregao 90143-2025.pdf (31.2 KB)